

Classificação						Rubricas	Em contos		
Orgânica			Funcional	Económica			Reforços ou inscrições	Anulações	
Capítulo	Divisão	Sub-divisão		Código	Alinea				
03	14	99		01.02.00 8.01.0 01.02.04 8.01.0 01.02.05 02.00.00 02.03.00 8.01.0 02.03.06 8.01.0 02.03.07 8.01.0 02.03.10 04.00.00 04.02.00 8.01.0 04.02.01		Abonos variáveis ou eventuais: Ajudas de custo Outros abonos em numerário ou espécie Aquisição de bens e serviços correntes: Aquisição de serviços: Comunicações Transportes Outros serviços Transferências correntes: Administrações privadas: Instituições particulares <i>Total do capítulo 03</i> <i>Total do Ministério</i>	400 500 2 300 400 — 7 400 70 475	200 — — 800 11 955 — 70 475	
							197 829	197 829	

7.ª Delegação da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 8 de Fevereiro de 1995. — O Director, *Manuel Gonçalves*.

MINISTÉRIO DO MAR

Portaria n.º 276/95

de 6 de Abril

Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º, dos artigos 61.º e 62 e do n.º 3 do artigo 64.º do Estatuto do Pessoal das Administrações e Juntas Autónomas dos Portos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 101/88, de 26 de Março, com a redacção do Decreto-Lei n.º 316/91, de 20 de Agosto:

Manda o Governo, pelo Ministro do Mar, o seguinte:

1.º Os montantes das tabelas de remuneração base e diuturnidades, incluindo a dos cargos de direcção e chefia, dos trabalhadores das administrações e juntas autónomas dos portos, estabelecidos pela Portaria n.º 229/94, de 15 de Abril, são actualizados em 4%, não incluindo, no caso dos cargos de direcção e chefia, o subsídio de isenção de horário de trabalho.

2.º A actualização dos montantes dos subsídios de turno e de isenção de horário de trabalho, calculados, respectivamente, nos termos do n.º 1 do n.º 1.º e do n.º 1 do n.º 9.º da Portaria n.º 493/88, de 27 de Julho, só produzirá efeitos a partir de 1 de Agosto de 1995, mantendo-se até então os valores resultantes da aplicação do n.º 2.º da Portaria n.º 229/94, de 15 de Abril.

3.º A remuneração horária para efeito de trabalho extraordinário, subsídio de prevenção e subsídio compensatório do trabalho por turnos mantém os valores resultantes da aplicação dos n.os 2.º e 3.º da Portaria n.º 229/94, de 15 de Abril.

4.º É aditado o n.º 5 ao n.º 9.º da Portaria n.º 493/88, de 27 de Julho, que terá a seguinte redacção:

9.º

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 —
- 4 —

5.º O subsídio referido no n.º 1 é igualmente abonado aquando e nos termos do pagamento dos subsídios de férias e de Natal.

5.º É extinto o prémio de rendibilidade, que, pelo n.º 5.º da Portaria n.º 229/94, de 15 de Abril, havia sido fixado em 10% da remuneração base, com as respectivas diuturnidades.

6.º Os valores constantes da nova tabela salarial resultarão da conjugação da extinção do prémio de rendibilidade, a que se refere o número anterior, com a actualização prevista no n.º 1.º, e serão arredondados para a centena de escudos imediatamente superior.

7.º São revogados os n.os 20.º a 27.º da Portaria n.º 493/88, de 27 de Julho.

8.º A presente portaria produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1995.

Ministério do Mar.

Assinada em 27 de Fevereiro de 1995.

Pelo Ministro do Mar, *João Prates Bebiano*, Secretário de Estado Adjunto e das Pescas.

